

**A DEVORAÇÃO DE MÉTIS POR ZEUS: mito, gênero e o
apagamento simbólico do feminino**
**THE DEVOURING OF METIS BY ZEUS: Myth, Gender, and the
Symbolic Erasure of the Feminine**

Ronald Lopes¹
Thayele Santana²

RESUMO: O texto analisa o mito da devoração de Métis por Zeus, conforme apresentado por Hesíodo na Teogonia, como um dispositivo simbólico que legitima a supremacia patriarcal na Grécia arcaica. A devoração de Métis, deusa da sabedoria, grávida de Atena, é interpretada como uma metáfora da supressão do saber feminino e da maternidade como princípio fundador. O nascimento de Atena diretamente da cabeça de Zeus representa a criação de uma ordem patriarcal autossuficiente, onde o feminino só pode existir sob controle masculino. A análise se apoia em autores como Nicole Loraux, Pierre Vernant, Judith Butler, Marija Gimbutas e J. J. Bachofen, evidenciando como o mito constrói subjetividades e legitima a exclusão simbólica do feminino como origem, linguagem e genealogia.

Palavras-chave: mito grego, patriarcado, saber feminino

ABSTRACT: The text analyzes the myth of the devouring of Metis by Zeus, as presented by Hesiod in the Theogony, as a symbolic device that legitimizes patriarchal supremacy in archaic Greece. The devouring of Metis, goddess of wisdom and pregnant with Athena, is interpreted as a metaphor for the suppression of feminine knowledge and of motherhood as a founding principle. The birth of Athena directly from Zeus's head represents the creation of a self-sufficient patriarchal order, in which the feminine can only exist under masculine control. The analysis draws on authors such as Nicole Loraux, Pierre Vernant, Judith Butler, Marija Gimbutas, and J. J. Bachofen, highlighting how the myth constructs subjectivities and legitimizes the symbolic exclusion of the feminine as origin, language, and genealogy.

Keywords: Greek myth; patriarchy; feminine knowledge

¹ Psicanalista, Doutor em História (UERJ). Mestre e Licenciatura em História (UNIRIO). Pós-graduado em Psicanálise e Saúde pelo SEPAI-RJ. Pós-graduando em Teoria Psicanalítica pela USU-RJ. Pós-graduado em Orientação, Supervisão e Gestão Escolar (UNINTER). Pós-graduado em Ciências da Religião (AVM/UCAM). Bacharel em Teologia (FACETEN). Pesquisador no Laboratório de Educação, Gênero e Sexualidade da UFRRJ, no Grupo de Pesquisa Ativista Audre Lorde/UNIR e no Grupo ÁFRICAS Sociedade, Política e Cultura (UERJ - UFRJ). Coordenador do Coletivo de Pesquisa Ativista em Psicanálise, Educação e Cultura (CPAPEC) e da Escola Psicanalítica da Escuta Peripherica (EPEP). ronald.lope80@gmail.com

² Doutoranda em Estudos Clássicos na Universidade de Coimbra (UC), Mestranda em História pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Especialista em Filosofia pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Licenciada em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Desenvolve pesquisas sobre gênero na Grécia Arcaica, com ênfase no *corpus hesiodicum* e no *corpus platonicum*. s.thayele@gmail.com

INTRODUÇÃO

Zeûs δὲ θεῶν βασιλεὺς πρῶτην ἄλοχον θέτο Μῆτιν
 πλείστα τε ἰδυίαν ἰδὲ θνητῶν ἀνθρώπων.
 ἀλλ' ὅτε δὴ ἄρ' ἔμελλε θεῶν γλαυκῶπιν Ἀθήνην
 τέξεσθαι, τότε ἔπειτα δόλῳ φρένας ἐξαπατήσας
 890αἰμυλίοισι λόγοισιν ἔην ἐσκάτθετο νηδὺν (*Hes. Th.* 886-900)³

Este capítulo analisa, em Hesíodo, o mito da devoração de *Métis* por Zeus, conforme apresentado na *Teogonia*, como um elemento simbólico que articula questões de poder, gênero e saber no imaginário da Grécia arcaica⁴. Através da eliminação de *Métis* e do nascimento de Atena diretamente da cabeça de Zeus, examina-se uma remodelação do feminino e sua subordinação ao sistema patriarcal. Em termos lacanianos, essa operação aponta uma radicalização da função do Nome-do-Pai. A exclusão da mãe não se limita à supressão empírica da maternidade, mas corresponde a uma operação de simbolização na qual a origem é inteiramente recodificada pelo significante paterno. Atena nasce sem inscrição no desejo materno, sendo introduzida diretamente na ordem simbólica do pai. O que se institui é um nascimento plenamente regulado pelo *Nome-do-Pai*, no qual a função materna é forcluída.

O objetivo geral deste artigo é analisar o mito da devoração de *Métis* por Zeus, tal como apresentado na *Teogonia* de Hesíodo, como dispositivo simbólico de apagamento da genealogia materna e de legitimação da ordem patriarcal. Como objetivos específicos, buscase: (i) examinar a função simbólica da devoração de *Métis* na reorganização do poder olímpico; (ii) analisar o nascimento de Atena como modelo de filiação sem mãe; (iii) articular a narrativa mítica aos aportes dos estudos de gênero e da psicanálise. Para tanto, esta investigação parte da seguinte problemática: de que modo o mito da devoração de *Métis* por Zeus contribui para a legitimação simbólica da supremacia masculina em uma sociedade androcêntrica? Como essa narrativa mitológica atua na construção de uma ideologia que subalterniza o feminino e o reconfigura a partir de uma lógica patriarcal?

A hipótese central é que a devoração de *Métis* por Zeus representa a transição de uma organização simbólica ligada ao feminino, como a criação, para uma estrutura patriarcal que se apropria desses atributos. Além disso, o nascimento de Atena sem mãe propõe um modelo

³ As citações em grego seguem a edição de Hesíodo, *Teogonia*, traduzida por H. G. Evelyn-White (1914). A transliteração e tradução são mantidas conforme a edição consultada.

⁴ Este artigo contou com o apoio de ferramentas de inteligência artificial no processo de revisão textual e adequação normativa, sem prejuízo da autoria intelectual e da responsabilidade teórica do texto.

de filiação masculina autossuficiente, legitimando a exclusão do princípio materno e a incorporação do saber pelo masculino. Outra hipótese é que o mito atua como elemento ideológico de apagamento da alteridade feminina e de naturalização da supremacia patriarcal.

Assim esta investigação tem por objetivo analisar a narrativa da devoração de Métis por Zeus na *Teogonia* de Hesíodo sob a perspectiva dos estudos de gênero, interpretando o apagamento do feminino como um dispositivo simbólico de construção da ordem patriarcal. Busca-se examinar o contexto literário e simbólico da representação de Métis em Hesíodo; estudar o papel de Atena como substituta do princípio feminino; e interpretar o mito à luz da psicanálise freudiana e lacaniana, investigando o apagamento do feminino e a função do nascimento sem mãe. Metodologicamente, o artigo realiza uma análise textual e simbólica da *Teogonia* de Hesíodo e do Hino Homérico a Atena, articulando leitura filológica, interpretação mitológica e referencial teórico dos estudos de gênero e da psicanálise. A análise privilegia o exame das operações simbólicas do mito, considerando sua reapropriação histórica e política, especialmente no contexto da *pólis* clássica. A leitura do texto hesiódico é realizada com atenção à sua estrutura narrativa, aos significados e à tradição interpretativa do mito. A investigação também parte de uma perspectiva histórico-cultural, a fim de compreender a função ideológica dos mitos na legitimação das estruturas sociais. Importa destacar que o mito não é aqui tomado como reflexo direto de uma organização social histórica, mas como uma forma simbólica dotada de múltiplas funções. Conforme demonstram Detienne e Vernant (1974; 1990), o mito funciona simultaneamente nos planos ritual, narrativo e político, sem que esses níveis se confundam de maneira imediata. A leitura proposta neste capítulo considera o mito hesiódico como um dispositivo simbólico que estrutura formas de inteligibilidade do poder e da filiação, cuja reapropriação política se transforma ao longo do tempo, especialmente no contexto da *pólis* clássica.

1. LEITURAS CRÍTICAS DO MITO DE MÉTIS E ATENA

A interpretação do mito de Métis e do nascimento de Atena ocupa lugar central nos estudos que articulam mito, poder e organização simbólica na Grécia antiga. No campo da antropologia histórica, Vernant e Detienne (1974; 1990) analisam a *μητις* como uma forma de inteligência prática, indireta e estratégica, cuja incorporação por Zeus marca uma inflexão decisiva na constituição da soberania olímpica. No âmbito da história cultural e

política, Loraux (1993) interpreta o nascimento de Atena sem mãe como expressão da ideologia da paternidade exclusiva, fundamental para a construção simbólica da pólis ateniense e para a exclusão das mulheres da genealogia cívica. Leituras contemporâneas, como as de Butler, permitem reler essas narrativas à luz da performatividade de gênero, evidenciando o caráter normativo e reiterativo das operações simbólicas que regulam o feminino (Butler, 1990). Já as contribuições de Bachofen e Gimbutas (1991) tem uma perspectiva histórica de longa duração, ao situar o mito no contexto de transições entre matrizes simbólicas femininas e estruturas patriarcais indo-europeias. Dialogando com esse conjunto de abordagens, o presente artigo propõe uma articulação entre mito, gênero e psicanálise, compreendendo a devoração de Métis como uma operação simbólica de incorporação e silenciamento do feminino, decisiva para a legitimação da ordem patriarcal.

2. MÉTIS E ZEUS: a devoração como metáfora de supressão

Analisar a narrativa mítica da devoração de Métis por Zeus permite compreender a nova ordem olímpica instaurada por ele, cujo processo tem início antes mesmo desse episódio:

Assim ele falou, e a prodigiosa Geia sentiu grande alegria em seu coração. Colocou o filho escondido, pronto para uma emboscada, e revelou seu ardiloso plano, armando suas mãos com a foice afiada, entalhada como um aguçado dente. Com a chegada da noite, aproximou-se Urano, desejoso de amor, e estendeu-se sobre Geia, cobrindo-a completamente. Então, de seu esconderijo, o filho estendeu a mão esquerda e o tocou. Com a mão direita, tomou a foice, semelhante a um enorme dente, e cortou rapidamente os genitais do pai, lançando-os a esmo para trás de si. (Hes. *Th.* 173-181)

Crono os engoliu tão logo cada um desceu do sagrado ventre aos joelhos de sua mãe, assim fazendo para impedir que qualquer outro dos altivos filhos de Urano tivesse a honra de reinar entre os imortais. Ele sabia, por Geia e pelo estrelado Urano, que mesmo sendo tão poderoso estava em seu destino ser subjugado por um de seus filhos, pela vontade do grande Zeus. E por isso ele não descuidou a vigilância. Manteve-se à espreita, observando atentamente, e engolia cada um de seus filhos logo ao nascer. (Hes. *Th.* 459-467)

Nos versos acima *da Teogonia*, é possível observar uma transição da ordem no universo mítico grego. Nesse episódio, Cronos destrona seu pai Urano com a ajuda de sua mãe, Gaia, que lhe entrega uma foice para que o filho o emasculé e ponha fim ao seu reinado. A violência continua na geração seguinte: temendo ser destronado por seus próprios filhos,

Cronos passa a devorá-los assim que nascem, numa tentativa de impedir que qualquer um deles o destronasse. Desse modo, nota-se que ambas as gerações divinas são marcadas por atos de violência e supressão.

Segundo Vernant (1988, p. 33–38), a sequência de emasculação, devoração e destronamento expressa simbolicamente a transição de uma ordem instável e caótica para a consolidação de uma soberania racional. Nesse sentido, a ascensão de Zeus e sua vitória sobre Cronos parecem indicar o surgimento de uma nova estrutura do poder olímpico: uma substituição da violência bruta por uma forma de governo baseada na astúcia, na razão e no controle. Como destaca Kelly (2019, p.126–129), as políticas sexuais de Zeus, particularmente seu envolvimento com diversas deusas, também podem ser interpretadas como estratégias para neutralizar ameaças à sua soberania. Nas gerações anteriores, o perigo da subversão do poder divino vinha por meio da conspiração materna. Zeus tenta evitar essa ameaça controlando a reprodução e se apropriando-se das potências femininas.

Nesse contexto, a união entre Zeus e Métis marca a constituição de uma nova ordem divina. Métis, deusa da sabedoria e da astúcia, é descrita por Hesíodo como “*now Zeus, king of the gods, made Metis his wife first, and she was wisest among gods and mortal men*” (Hes. *Th.* 885). A sabedoria de Métis e sua capacidade de gerar filhos representam um risco à soberania de Zeus, pois, segundo a profecia, seus descendentes poderiam superá-lo, perpetuando o ciclo de destronamentos. Ao contrário de Urano e Cronos, que tentaram eliminar seus filhos diretamente, Zeus interrompe esse ciclo engolindo Métis ainda grávida da deusa Atena. Essa ação simboliza não apenas o controle da reprodução, mas também a apropriação da inteligência feminina, internalizando Métis para que sua astúcia passasse a servir à manutenção de seu poder:

But when she was about to bring forth the goddess bright-eyed Athena, Zeus craftily deceived her with cunning words and put her in his own belly, as Earth and starry Heaven advised. For they advised him so, to the end that no other should hold royal sway over the eternal gods in place of Zeus; for very wise children were destined to be born of her, first the maiden bright-eyed Tritogeneia, equal to her father in strength and in wise understanding; but afterwards she was to bear a son of overbearing spirit king of gods and men. But Zeus put her into his own belly first, that the goddess might devise for him both good and evil. (Hes. *Th.* 886-900)

[Quando estava prestes a dar à luz a deusa Atena, de olhos brilhantes, Zeus a enganou astutamente com palavras ardilosas e a colocou em seu próprio ventre, conforme o aconselharam a Terra e o Céu estrelado. Assim o aconselharam para que nenhum outro viesse a exercer o poder régio sobre os deuses imortais no lugar de Zeus; pois dela estavam destinados a nascer filhos muito sábios: primeiro, a donzela Tritogeneia, de olhos brilhantes, igual ao pai em força e em prudente entendimento;

depois, ela daria à luz um filho de espírito dominador, rei dos deuses e dos homens. Mas Zeus colocou-a primeiro em seu próprio ventre, para que a deusa concebesse para ele tanto o bem quanto o mal.] (Hesíodo, 1914, v. 886–900).

Zeus impede que as características astutas e subversivas de Métis se concretizem em seus descendentes. A devoração demonstra um deus estratégico, apropriando-se de uma característica até então atribuída ao feminino. De acordo com Vernant (1988, p. 50–53), a astúcia, enquanto elemento de engano e inteligência estratégica, é tradicionalmente associada ao feminino; contudo, Zeus a reconfigura ao absorvê-la e transformá-la em instrumento de poder masculino. Quando Hesíodo afirma: “*but Zeus put her into his own belly first, that the goddess might devise for him both good and evil*” (Hes. Th. 900), indica-se o silenciamento de Métis. No entanto, sua funcionalidade como conselheira permanece ativa dentro do soberano. A devoração de Métis, assim, revela-se como um ato simbólico de supressão do feminino, necessário à consolidação de uma nova ordem de poder.

O nascimento de Atena, diretamente da cabeça de Zeus, sem a participação materna, intensifica essa operação. A deusa da sabedoria e da guerra estratégica vem de uma figura exclusivamente masculina, o que indica uma masculinização da inteligência, agora concebida sob uma lógica patriarcal e desvinculada de sua origem feminina. A partir disso, é possível analisar o campo simbólico das ações de Zeus como um movimento de incorporação e apropriação da sabedoria feminina. O nascimento de Atena a partir da cabeça de Zeus corrobora a instauração de uma nova ordem divina: Zeus se torna o detentor da razão e da sabedoria, atributos anteriormente associados às divindades femininas, legitimando assim um modelo de poder patriarcal racionalizado:

I begin to sing of Pallas Athena, the glorious goddess, bright-eyed, inventive, unbending of heart, pure virgin, saviour of cities, courageous, Tritogeneia. Wise Zeus himself bare her from his awful head, arrayed in warlike arms of flashing gold, and awe seized all the gods as they gazed. But Athena sprang quickly from the immortal head and stood before Zeus who holds the aegis, shaking a sharp spear: great Olympus began to reel horribly [at the might of the bright-eyed goddess, and earth round about cried fearfully, and the sea was moved and tossed with dark waves, while foam burst forth suddenly: the bright Son of Hyperion stopped his swift-footed horses a long while, until the maiden Pallas Athena had stripped the heavenly armour from her immortal shoulders. And wise Zeus was glad. (HH 28: Homeric Hymns, *Hymn 28 to Athena*. 1-15)

[Começo a cantar Palas Atena, a gloriosa deusa, de olhos brilhantes, engenhosa, de coração inflexível, virgem pura, salvadora das cidades, corajosa, Tritogeneia. O próprio Zeus prudente a gerou de sua terrível cabeça, armada com reluzentes armas de guerra em ouro cintilante, e o

espanto tomou todos os deuses ao contemplá-la. Atena saltou rapidamente da cabeça imortal e colocou-se diante de Zeus porta-égide, brandindo uma lança afiada; o grande Olimpo estremeceu terrivelmente diante do poder da deusa de olhos brilhantes, a terra ao redor clamou de temor, e o mar foi agitado por ondas escuras, enquanto a espuma irrompia subitamente; o radiante filho de Hipérion deteve por longo tempo seus cavalos de pés velozes, até que a jovem Palas Atena despsisse de seus ombros imortais as armas celestes. E o prudente Zeus se alegrou.] (Hino Homérico, 1914, v. 1–15).

Esses versos narram o nascimento de Atena no *Hino Homérico* dedicado à deusa, onde ela vem da cabeça de Zeus já adulta, armada, sábia e dotada de natureza guerreira. Trata-se de um dos episódios mais simbólicos da mitologia grega. O evento, no entanto, é apresentado de formas distintas na *Teogonia* de Hesíodo e no *Hino Homérico*. Enquanto Hesíodo enfatiza a devoração de Métis, no Hino, a deusa simplesmente nasce da cabeça de Zeus já formada. Essa diferença permite refletir sobre questões de gênero, nas quais o nascimento da deusa representa a apropriação do feminino pelo masculino. De acordo com Loraux (1993, p. 45), ao devorar Métis, Zeus interrompe a genealogia feminina e se configura como criador absoluto de uma nova ordem divina, estabelecendo novas formas de poder, uma vez que Atena é concebida sem a participação de uma figura materna.

Ambas as narrativas são complementares ao abordarem o feminino como elemento absorvido e ressignificado para a consolidação da autoridade de Zeus. A maternidade é anulada, enquanto a paternidade se torna absoluta. O nascimento da deusa sem a mãe marca uma ruptura simbólica com a sucessão genealógica tradicional, consolidando uma ordem patriarcal baseada na razão e na exclusão do princípio feminino. Entretanto, é necessário introduzir uma mediação histórica entre o mito hesiódico e suas leituras políticas posteriores. A *Teogonia* de Hesíodo pertence a um contexto arcaico, no qual o mito ainda articula cosmologia, genealogia divina e ordem do mundo. Já na Atena clássica, sobretudo a partir do século V a.C., essas narrativas são reinterpretadas no interior da pólis, adquirindo novas funções políticas e cívicas. O mito de Atena — filha sem mãe, ligada à guerra estratégica e à cidade — torna-se, nesse contexto, um operador simbólico privilegiado para a legitimação de uma ordem fundada na paternidade, na exclusão das mulheres da cidadania e na centralidade do *logos* masculino.

Mas em que medida e em que condições históricas Métis é apagada? Métis não é apagada após cumprir a função materna — ela é suprimida antes de inscrevê-la. O ato de Zeus é anterior ao nascimento de Atena, impedindo que uma genealogia feminina venha a

ser fundada. O simbólico não tolera essa inscrição: corta-se, literalmente, o laço com a origem materna. Conforme argumenta Johann Jakob Bachofen (1861), mitos como o de Métis funcionam como registros da transição entre sociedades matrilineares e estruturas patriarcais. O que está em jogo não é só o poder político ou a soberania mítica de Zeus, mas a reescrita do próprio princípio de filiação. Ao devorar Métis e gerar Atena diretamente de sua cabeça, Zeus se inscreve como pai absoluto, sem mãe. Essa exclusividade da paternidade implica uma negação radical da matriz genealógica feminina. O apagamento é desde a raiz.

Marija Gimbutas (1991), ao estudar as civilizações do Velho Continente, mostra como, em contextos anteriores à hegemonia indo-europeia, divindades femininas ligadas à criação e ao saber ocupavam lugar central na cosmologia. A substituição dessas divindades por figuras masculinas que se tornam donos da palavra, da lei e da criação corresponde a um processo de apagamento intermitente do feminino enquanto fonte de vida e de saber. O mito hesiódico de Métis é uma encenação dessa substituição: o saber astuto, feminino, é engolido — não dialogado, não transmitido, mas absorvido e neutralizado.

Como demonstram Detienne e Vernant (1974; 1990), a *μητις* não é apenas um atributo psicológico, mas uma forma de inteligência situada, ligada a contextos específicos de ação e poder. Pierre Vernant (1990) observa que a *astúcia* (*μητις*), elemento tradicionalmente ligado ao feminino, é recodificada como um atributo do poder racional masculino ao ser incorporada por Zeus. Mas, essa incorporação não é apenas um empréstimo funcional: é uma erradicação da origem, no radical da palavra. Métis permanece viva dentro do corpo de Zeus, mas sem voz, sem agência, sem nomeação pública. O feminino passa a existir apenas como suplência ao masculino, jamais como origem plena. A genealogia materna, que sustentava a cadeia da criação, é rompida no mito — substituída por um nascimento fálico, mental, obsessivo e autorreferido. O ato de Zeus é persuasivo (*λόγοισιν*, palavras persuasivas) e deliberado (*ἐξαπατήσας*, enganou com propósito), portanto, simbólico. A supressão está ritualizada da função materna (*τέξεσθαι*) enquanto princípio. É essa operação que legitima, miticamente, uma nova organização social na qual o masculino se autoproclama origem de tudo: da guerra (Atena), da estratégia, da civilização. Trata-se de um ato fundacional da ordem grega: o nascimento da civilização pela exclusão do corpo da mulher como matriz visível da história.

3. ATENA CONTRA MÉTIS: a razão patriarcal como substituição da astúcia

feminina

O nascimento de Atena diretamente da cabeça de Zeus é um simulacro de criação: um nascimento sem corpo, sem matriz, sem alteridade. O que se apresenta como “origem” é, na verdade, um deslocamento violento da função materna. Se Métis, devorada, é condenada ao silêncio, Atena, nascida sem mãe, é a imagem acabada da criação controlada — do feminino domado e refeito à imagem do pai. Esse ato é central no que Nicole Loraux (1993, p. 35) chamou de “ideologia da paternidade exclusiva” na Atena clássica: uma construção que apaga o papel das mulheres como transmissoras da vida e da cidadania, reconfigurando o nascimento como uma operação simbólica e política do pai. O mito, nesse sentido, não é neutro: ele fabrica uma linhagem onde o masculino se torna criador absoluto, sem necessidade da mediação feminina. Françoise Frontisi-Ducroux (2000, p. 36-40), ao analisar a figura de Atena, mostra que sua virgindade e seu nascimento cerebral fazem dela uma “anti-mãe”, uma mulher sem útero, sem sexualidade, sem laço com outras mulheres. Ela não é filha: é produto. É o feminino sob o controle do simbólico masculino, que vem armado, racional, obediente. O nascimento de Atena é, portanto, um rito de passagem: da fertilidade à esterilidade, da criação compartilhada à apropriação unilateral.

Contudo, reduzir Atena exclusivamente à função de instrumento do patriarcado seria perder a complexidade de sua posição mítica. Como observa Detienne, Atena é também deusa da pólis, da mediação política e da justiça coletiva, frequentemente associada à contenção da violência excessiva e à organização do espaço comum. Essa ambivalência não enfraquece a leitura crítica; ao contrário, a reforça. Atena é simultaneamente fruto de uma violência simbólica fundadora e figura de racionalização do conflito. Sua função mediadora só é possível porque ela nasce já integrada à ordem patriarcal, sem dívida com uma genealogia materna. Judith Butler (1990), ao trabalhar a performatividade de gênero, sugere que os corpos são regulados por normas que antecedem sua inscrição. No caso de Atena, sua constituição já nasce normatizada: ela é o feminino sem corpo materno, a mulher sem filiação feminina, a exceção que confirma a regra da exclusão. O mito não cria espaço para o feminino como sujeito — apenas como função incorporada.

É um *mise-en-scène* da exclusão simbólica. Atena é, ao mesmo tempo, presença e prova do apagamento. Seu nascimento não inaugura um novo feminino: sanciona o fim do feminino como princípio gerador. A genealogia foi quebrada — e o que resta é um feminino sem origem, legitimado apenas por sua utilidade política no novo regime do patriarcal. A devoração de Métis por Zeus não elimina apenas uma deusa — elimina um regime simbólico: o da *astúcia* feminina (μητις) como forma legítima de saber e ação. Ao engolir Métis, Zeus

não destrói o saber astuto; ele o captura, reconfigura e passa a administrá-lo sob o signo do poder masculino. Essa lógica, em chave freudiana, é uma operação de incorporação simbólica. Em *Totem e Tabu*, Freud (1913/2013, p. 60-90) descreve a devoração do pai primordial como atitude ambivalente: ato de violência e, ao mesmo tempo, de apropriação de suas qualidades. No mito hesiódico, essa estrutura é invertida: não se devora o pai, mas a mãe simbólica do saber. Métis torna-se um objeto incorporado — não eliminado, mas internalizado — cuja função passa a operar a serviço da ordem que a silenciou. Trata-se, assim, de uma incorporação que funda o poder pela assimilação do Outro, e não pelo reconhecimento de sua alteridade. Esse deslocamento é central: a astúcia, antes atributo autônomo de uma deusa criadora, torna-se recurso capturado do soberano. É uma expropriação: o saber sobrevive, mas destituído de origem e agência feminina.

Pierre Vernant (1990, p. 32-40) analisa *μητις* como uma inteligência prática, indireta, que opera pela dissimulação, pela metamorfose e pela previsão sutil. Essas características eram tradicionalmente associadas às figuras femininas ou aos heróis que se valiam de recursos não brutais. Métis, enquanto deusa da *μητις*, encarnava essa forma de sabedoria que escapa à rigidez do *logos* masculino. Ao ser devorada, o que ocorre não é apenas uma neutralização de sua ameaça política — é uma reconfiguração epistêmica. O saber feminino, agora internalizado, deixa de ser perigoso: passa a trabalhar para o sistema. Françoise Frontisi-Ducroux (2000, p. 45) observa que o nascimento de Atena marca uma inflexão nesse processo. Atena herda de Métis a *sabedoria* e a *μητις*, mas nasce sem laço com a mãe — nasce já sob o controle do pai. Sua *μητις* já não desestabiliza, como a de Métis; ela sustenta a ordem. Ela é a racionalidade militar, a estratégia do império, a guerreira virgem que nunca ameaça a soberania masculina. Atena é a *Mêtis* domesticada.

Nicole Loraux (1993, p. 78) afirma que esse tipo de deslocamento simbólico opera por meio de apagamentos que parecem naturalizados. A devoração não é lida como violência, mas como “ato necessário”, “astuto”, “preventivo”. A ausência do feminino se apresenta como equilíbrio. Mas essa harmonia é construída sobre uma exclusão: o feminino permanece, mas esvaziado. Sua função é instrumental — o saber só é aceito se puder ser enunciado sob a voz do pai. Judith Butler (1990, p. 50-55) diria que esse processo é performativo: a repetição do ato de exclusão constitui a matriz da inteligibilidade simbólica. O que se permite dizer, saber, fazer, nasce do que foi antes excluído. A *μητις* de Métis só pode ser legível quando passada pela digestão de Zeus. A razão patriarcal é uma performance construída sobre os restos de um saber feminino que não pôde existir como tal.

4. VIOLÊNCIA E SUCESSÃO: a lógica patriarcal na produção das subjetividades

A sucessão divina na *Teogonia* de Hesíodo é marcada por uma cadeia de violências entre pai e filho: Urano é castrado por Cronos; Cronos devora seus filhos para evitar ser destronado; Zeus, por sua vez, rompe esse ciclo, mas não por via pacífica — ele inaugura uma nova forma de violência, simbólica e reconfigurada: devora Métis, grávida, e anula a linha materna da descendência. Assim, permite-se ver que a inovação de Zeus não é romper com a violência, mas transformá-la em apagamento discursivo e simbólico da alteridade. É a violência reescrita como racionalidade.

Pierre Vernant (1990) analisa esse deslocamento: Zeus não é menos violento que seus predecessores — apenas mais estratégico. A sua vitória não está na força bruta, mas na capacidade de administrar e absorver as forças de ameaça, como a inteligência de Métis. Ao devorar a deusa da astúcia, Zeus inverte as atitudes de Cronos, que engolia seus filhos: ele não engole o produto da criação, mas a própria criadora. Isso marca a radicalização do controle patriarcal: a violência já não é contra o herdeiro, mas contra a possibilidade de uma genealogia diferente. Johann Jakob Bachofen (1861), ao propor a existência de um direito materno anterior à ordem patriarcal, mostra que o mito de Métis funciona como supressão desse “direito simbólico” à sucessão pela mãe. O feminino é impedido de fundar linhagem. A ordem patriarcal só se consolida após silenciar a mãe como portadora de continuidade. Essa ruptura é o que torna possível um nascimento como o de Atena: sem precedentes femininos, sem vínculo com outras mulheres, sem legado materno.

Marija Gimbutas (1991) reforça essa leitura ao apontar como as divindades femininas, nos sistemas religiosos pré-indo-europeus, eram responsáveis pela transmissão da vida e do saber. Com a chegada das culturas patriarcais, essas divindades são relegadas ao plano da função reprodutiva subordinada — ou, como no caso de Métis, apagadas antes mesmo de cumprir essa função. Trata-se de uma genealogia da violência orientada não apenas contra indivíduos, mas contraestruturas de transmissão simbólica. Judith Butler (1990) descreve esse tipo de apagamento como constitutivo da matriz de inteligibilidade do poder. A exclusão do feminino como origem viável não é uma consequência da ordem simbólica — é sua condição de possibilidade. A genealogia, nesse caso, só pode existir se for encenada como derivada exclusivamente do masculino. Nicole Loraux (1993) interpreta essa operação como “fabricação do nascimento sem mãe”, que será repetida não apenas em

Atena, mas também em discursos jurídicos e cívicos da Atena clássica, onde a cidadania depende da paternidade. A genealogia simbólica da *pólis* nasce dessa cena de violência: uma sucessão que só se faz pelo corte, pela castração, pelo silenciamento da diferença. A narrativa da devoração de Métis e o nascimento de Atena não são apenas episódios mitológicos: constituem dispositivos de subjetividade de alta performance simbólica. O mito opera como uma matriz de sentido que naturaliza a supremacia masculina ao reinscrever o feminino como ausência funcional. Esse tipo de subjetividade não nega o feminino — ela o instrumentaliza, o silencia, o submete à narrativa do masculino como origem e destino.

Nicole Loraux (1993) mostra que a mitologia grega, longe de ser apenas fabulação poética, é uma pedagogia da política e da cidadania. O mito de Métis ensina que a sabedoria deve servir ao rei — e não existir por si. Ensina que o nascimento sem mãe é legítimo e até desejável. Ensina, sobretudo, que o feminino é perigoso quando autônomo e aceitável quando digerido. O mito fabrica um modelo simbólico em que a exclusão é apresentada como fundação da ordem. Pierre Vernant (1990) reforça que Zeus, ao assimilar Métis, consolida uma racionalidade patriarcal. A astúcia deixa de ser uma ameaça errante e se transforma em virtude do soberano. Mas esse “progresso” depende da exclusão radical de qualquer agência simbólica feminina. Isso significa que o feminino só entra no discurso como vestígio — e nunca como sujeito pleno. Judith Butler (1990) descreve esse tipo de operação como regime de inteligibilidade: só é reconhecido como saber, como verdade ou como nascimento o que se enquadra nos parâmetros do simbólico dominante. Métis, enquanto fonte de saber feminino, é ilegível. Atena, como criação do pai, é plenamente legível. O mito realiza, assim, o que a ideologia patriarcal precisa: apaga a origem divergente e substitui por uma origem que confirma a norma.

Marija Gimbutas (1991), analisando os sistemas simbólicos anteriores ao patriarcado indo-europeu, destaca que a transição para uma ordem masculina exigiu uma reescrita profunda da cosmogonia. O que era criação partilhada, matricial, torna-se subjetividade monopolizada do masculino. A devoração de Métis é a encenação dessa virada. É um rito ideológico que converte a diferença em suplemento, o Outro em recurso, a mulher em silêncio útil. Bachofen (1861) já percebia que esses mitos não relatam apenas mudanças sociais, mas instruem subjetividades. Eles naturalizam o domínio masculino como se fosse destino divino. Esse “destino” é uma construção simbólica sustentada pela exclusão deliberada do feminino enquanto origem legítima do saber, do poder e da vida

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mito da devoração de Métis por Zeus, tal como narrado por Hesíodo, não é apenas uma narrativa fundacional da teogonia olímpica — é, sobretudo, uma maquinaria simbólica de apagamento do feminino enquanto origem, linguagem e genealogia. Essa operação simbólica, contudo, não atua de forma homogênea ao longo do tempo: ela é reativada, reinterpretada e politicamente instrumentalizada no contexto da pólis clássica, onde a exclusão da genealogia materna ganha estatuto jurídico e cívico. Torna-se evidente que a exclusão de Métis não é uma omissão, mas uma operação deliberada de reconfiguração da ordem simbólica, política e epistemológica.

Zeus inaugura uma nova forma de poder não ao romper com a violência das gerações anteriores, mas ao redesenhá-la como racionalidade, ao transformar a exclusão do Outro em estrutura da ordem. A devoração de Métis representa o corte inaugural que suprime a maternidade enquanto princípio de filiação, substituindo-a por um modelo de paternidade autossuficiente e autolegítimo — uma origem sem alteridade. Atena, nascida sem mãe, simboliza essa reescrita: o feminino que só pode existir se for reconfigurado segundo os moldes do pai.

A genealogia da violência, a apropriação da *astúcia*, a supressão da fala, a instrumentalização do saber — todos esses elementos convergem para uma função ideológica clara: legitimar a ordem patriarcal como natural e necessária. Como mostram Loraux, Vernant, Gimbutas, Bachofen e Butler, o mito opera como linguagem política e pedagógica, ensinando que o poder deve ser masculino, que o saber feminino é ameaça, que a mulher só pode participar da ordem se for desprovida de linhagem, corpo e voz.

Portanto, ler esse mito é interpretar a matriz persistente que estrutura ainda hoje os regimes de visibilidade, autoridade e pertencimento. Métis não desaparece — ela é engolida. Seu saber não se apaga — ele é usado, desde dentro, para sustentar o discurso que a silencia. O que está em jogo não é a ausência do feminino, mas sua presença interdita, convertida em função, negada como sujeito.

Reconhecer essa operação é também um ato político e crítico. É nomear o apagamento como estrutura, e não como ruído. É recusar o nascimento sem mãe como mito fundador, e buscar, nos restos simbólicos de Métis, os sinais de uma outra ordem possível — onde o saber não precise ser digerido para ser reconhecido, e onde a voz que funda não seja calada antes de falar.

REFERÊNCIAS

HESÍODO. Teogonia. Tradução de Jaa Torrano. São Paulo: Iluminuras, 2001.

_____. Theogony. Translation by Hugh G. Evelyn-White. Cambridge, MA: Harvard University Press; London: William Heinemann Ltd. (Loeb Classical Library), 1914.

HINOS HOMÉRICOS. Hino a Atena. Tradução de Jaa Torrano. São Paulo: Iluminuras, 2013.

HOMERIC HYMNS. Hymn 28 to Athena. Translation by Hugh G. Evelyn-White. Cambridge, MA: Harvard University Press; London: William Heinemann Ltd. (Loeb Classical Library), 1914.

BACHOFEN, Johann Jakob. Das Mutterrecht. Stuttgart: Kraus & Hoffmann, 1861.

BUTLER, Judith. **PROBLEMAS DE GÊNERO:** feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DETIENNE, Marcel; **VERNANT,** Jean-Pierre. **AS ARTIMANHAS DA INTELIGÊNCIA:** a mêtis dos gregos. Tradução de Filomena Hirata Garcia. São Paulo: Odysseus, 2008.

FRONTISI-DUCROUX, Françoise. **IMAGENS DOS DEUSES:** ensaios sobre a iconografia grega. Tradução de Maria Cecília Nogueira. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

FREUD, Sigmund. **TOTEM E TABU:** algumas concordâncias entre a vida psíquica dos selvagens e dos neuróticos. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

GIMBUTAS, Marija. The Civilization of the Goddess. San Francisco: HarperSanFrancisco, 1991.

KELLY, A. Gendrificando o mito de sucessão em Hesíodo e no Antigo Oriente Próximo. Tradução de Camila Aline Zanon. *Clássica*, v. 32, n. 2, p. xx–xx, 2019.

LORAUX, Nicole. **AS EXPERIÊNCIAS DE TIRÉSIAS:** o feminino e o homem grego. Tradução de Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993.

OPENAI. ChatGPT (GPT-4). Ferramenta de apoio à revisão textual. San Francisco. OpenAI. 2024.

VERNANT, Jean-Pierre. Mito e pensamento entre os gregos. Tradução de Haiganuch Sarian. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.